

TOMADA DE PREÇOS 03/2023

DOCUMENTOS PARA EMISSÃO DO CRC - CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES/SP

O Departamento de Compras e Licitações comunica aos interessados que, de acordo com o que dispõe a Lei Federal Nº: 8.666/93, desejarem inscrever ou renovar o CRC - Certificado de Registro Cadastral deverão apresentar cópias reprográficas dos seguintes documentos:

a) Habilitação jurídica:

01. Registro Comercial, em caso de empresa individual;
02. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;
03. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

b) Regularidade fiscal e trabalhista:

04. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, do Ministério da Fazenda, com validade em vigor (www.receita.fazenda.gov.br);

05. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal **E COM A SEGURIDADE SOCIAL**, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, conforme determina a Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº: 02, de 31 de agosto de 2005, com prazo de validade em vigor (www.receita.fazenda.gov.br) e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;

05.1. Serão aceitas Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débito – CND, relativa à seguridade social, fracionadas, desde que vigentes.

06. Certificado de Regularidade – CRF perante os recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, com validade em vigor, fornecido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (www.caixa.gov.br);

07. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, com validade em vigor, nos moldes do que estabelece a Lei Federal 12.440/2011, de 07 de julho de 2011 (www.tst.jus.br);

08. A Fazenda Estadual (Certidão Negativa **DE DÉBITOS INSCRITOS E DE DÉBITOS NÃO INSCRITOS** quanto a Dívida Ativa do Estado);

09. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos, compreendendo Tributos Mobiliários, na forma da Lei, com prazo de validade em vigor.

10. As provas de regularidade deverão ser feitas por Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa;

10.1. Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a certidão em que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança;

c) Qualificação técnica:

11. Certidão de registro ou inscrição na entidade profissional competente (no caso de obras é imprescindível o registro do CREA);

12. Apresentar pelo menos 01(um) atestado de capacidade técnica, comprovando aptidão para desempenhar atividade pertinente e compatível com o objeto social **da empresa**, devidamente acervado pelo CREA;

13. INDICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES, DO APARELHAMENTO E DO PESSOAL TÉCNICO DA EMPRESA;

d) Qualificação econômico-financeira:

14. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, **COM PRAZO NÃO SUPERIOR A 60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS DA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.**

15. Prova de capital social igual ou superior a **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação previsto na planilha orçamentária.

16. Comprovação de boa situação financeira da licitante que será aferida pela observância, no mínimo, dos seguintes índices:

- Índice de Liquidez Corrente (ILC): $ILC = AC/PC$, resultado deve ser maior ($>$) ou igual ($=$) 1,0
- Índice de Liquidez Geral (ILG): $ILG = (AC+RLP) / (PC + ELP)$, resultado deve ser maior ($>$) ou igual ($=$) 1,0
- Índice de Endividamento: menor ou igual a 0,5 (meio), sendo $IE = (PC+ELP) / AT$

Em que:

AC = ATIVO CIRCULANTE

PC = PASSIVO CIRCULANTE

RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

ELP = EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

AT = ATIVO TOTAL

16.1. O CÁLCULO DESSES ÍNDICES DEVERÁ SER APRESENTADO PELA EMPRESA LICITANTE.

16.2. Serão exigidos índices de liquidez corrente e geral, não inferiores a 1,00 (um), ou seja, para cada um real de dívida de curto e de longo prazo, a empresa deverá possuir, no mínimo, um real de recursos disponíveis na somatória da mesma fração de tempo, ou seja, no curto prazo e também no longo prazo.

16.3. Será exigido ainda, índice de endividamento não superior a 0,50 (cinquenta), ou seja, para cada um real que a empresa possuir de dívidas e compromissos totais, curto e longo prazo, haverá até dois reais correspondentes no ativo total, ou seja, a empresa demonstrará pela capacidade de liquidação de suas obrigações, levando-se em conta todo o seu patrimônio (disponibilidades de curto e de longo prazo e patrimônio permanente), o que vale dizer, em caso de encerramento de suas atividades, no momento em que venha a ocorrer, a empresa evidenciará total solvência.

16.4. Justificam-se as exigências acima mencionadas, inicialmente, em face do permitido no parágrafo 5º do artigo 31 da Lei Federal nº 8.666/93, de modo a se avaliar a real situação financeira das empresas licitantes, com o objetivo de verificar a capacidade de satisfação das obrigações assumidas, além da capacidade de cumprimento dos encargos econômicos decorrentes da contratação, considerado o prazo de duração da mesma.

16.4. Com relação aos índices exigidos e respectivos valores, cabe ressaltar tratar-se do mínimo usualmente estabelecido, fixados em patamares que demonstram tanto a liquidez corrente quanto a geral da empresa, além de sua capacidade de solvência, condições essas que asseguram à Administração Municipal a plena execução do objeto contratado.

Notas explicativas importantes:

1. Os documentos solicitados para inscrição cadastral poderão ser apresentados em **ORIGINAL, ATRAVÉS DE CÓPIAS REPROGRÁFICAS AUTENTICADAS POR CARTORÁRIO COMPETENTE (EXCETO QUANDO EXPRESSO NO CORPO DO DOCUMENTO A OBRIGATORIEDADE DA APRESENTAÇÃO NO ORIGINAL)**, ou, excepcionalmente, por servidor habilitado desta Prefeitura ou, ainda, publicação na Imprensa Oficial.

2. Em todas as hipóteses referidas nesta relação de documentos, não serão aceitos protocolos e nem documentos com prazo de validade vencido.

Santa Gertrudes/SP, 16 de fevereiro de 2023.

Lázaro Noé da Silva
Prefeito Municipal